

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) Nº 06.2023.00001000-7.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **Adalberto Borba Filho**, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 444.718.079-00, com endereço na Rua Getúlio Gualberto de Oliveira, nº 01, Bairro Forquilha, São José/SC – CEP: 88106-630, telefone (48) 98408-6504, doravante denominado compromissário, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 89, da Lei Complementar nº 197/2000, e **CONSIDERANDO:**

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever

de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- Que o Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não sendo, as medidas indicadas no artigo anterior, suficientes para a reparação dos danos, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou apurado no **Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2023.00001000-7**, cujos documentos coligidos dão conta sobre dano ambiental consistente em danificar parcela da área de 29.918,70 m² de vegetação nativa, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, visando a comercialização de parcelamento de solo rural irregular, sem a devida autorização do órgão competente e sem o devido desmembramento do terreno, localizado na Estrada Geral Barro Branco, no Município de São Pedro de Alcântara.

- As demais informações contidas nos autos, que noticiam o descumprimento de embargo pela supressão de vegetação nativa em área de 667,00 m², do Bioma Mata Atlântica, em estágio médio de

regeneração, sem autorização dos órgãos competentes, por parte do compromissário;

- Que as eventuais infrações penais são independentes e serão averiguadas em assunto separado, juntamente através da Ação Penal nº 5017605-95.2021.8.24.0064, em tramitação perante a 2ª Vara Criminal desta Comarca;

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, nos seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula 1ª - O compromissário **Adalberto Bora Filho**, por si e eventuais sucessores a qualquer título, assume as seguintes obrigações de fazer:

a) A composição do dano, em área de 1.000,00 (mil mil metros quadrados), no local da ocorrência, mediante o plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, que deverão ser obtidas a suas expensas (do compromissário), com o plantio em espaçamento de 3 (três) metros em covas adubadas, zelando para eventual substituição em caso de não germinação ou evolução do crescimento, no prazo de 90 (noventa) dias;

b) Apresentar nos autos do Procedimento Administrativo que será instaurado para aferir o cumprimento do presente ajustamento de conduta, material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), a cada 90 (noventa) dias, para atestar o atendimento do item acima, com o fim de demonstrar a evolução da reconstituição da vegetação nativa no lugar, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados do final do prazo para plantio (item "a" anterior).

c) Juntar cópia do presente no processo administrativo junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São José, visando regularizar a divisão e desmembramento desta gleba (29.918,70 m²), no prazo de 30 (trinta) dias;

d) Promover a regularização da construção existente no

imóvel junto ao Município de São Pedro de Alcântara, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Cláusula 2ª - Obrigação de cumprir, como medida compensatória indenizatória prevista no art. 9º, inciso IX, da Lei nº 6.938/81 e disposições do art. 29, § 1º, do Ato nº 00395/2018/PGJ, o pagamento no montante de meio (1/2) salário mínimo (R\$ 606,00 reais), com vencimento em trinta (30) dias, contado da assinatura do presente, destinado **ao Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina**, criado pela Lei nº 15.694/2011, regulamentado pelo Decreto nº 808/2012, conforme art. 13, da Lei nº 7.347/85, mediante guias expedidas pela 10ª Promotoria de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente.

DA MULTA:

Cláusula 3ª - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina - FRBL.

DO ADIMPLEMENTO:

Cláusula 4ª - Fica consignado o prazo de dez (10) dias úteis, para as respectivas prestações de contas nos autos do Procedimento Administrativo a ser instaurado para acompanhamento do TAC, contados da data do vencimento de cada obrigação assumida.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula 5ª - Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula 5ª, o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula 6ª - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados os os prazos acima estipulados.

6.1 — Os prazos acima fixados poderão ser eventualmente prorrogados a pedido do compromissário, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em uma (01) via, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 12 de maio de 2023.

Raul de Araujo Santos Neto
Promotor de Justiça
Curadoria do Meio Ambiente

Adalberto Bora Filho
Compromissário

TESTEMUNHAS:

Julia Maciel Silva
RG nº 4.615.934 SSP/SC

Thays C. Varela Schumacher Silva
RG nº 5.091.800 SSP/SC